

Misericórdias reivindicam mais afirmação do Setor Social junto do Estado



Na foto, da esquerda para a direita, António Sérgio Martins, provedor da Misericórdia da Pampilhosa da Serra, José Bourdain, Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados, Nuno Gomes, Moderador da sessão e Manuel Maia Frazão, Provedor da Misericórdia de Pernes

Reunidas em Fátima no passado dia 15 de Setembro, mais de três dezenas de Misericórdias, e perto de uma centena de participantes, discutiram a grave situação em que as Instituições do Setor Social se encontram face ao enorme aumento de custos, muito em parte influenciados pela taxa inflação.

A reunião, promovida pela Plataforma informal “Somos Todos Misericórdia”, pretendeu dar a voz às Provedoras

para o Setor, especialmente quando o nível da receita fiscal cresceu significativamente, e nós fomos incapazes de reivindicar uma maior fatia desses recursos para o apoio à solidariedade desenvolvida pelas Instituições junto das comunidades”.

O mesmo dirigente apontou limitações às entidades representativas do Setor Social, que não têm tido uma postura proactiva na defesa das suas associadas, ao contrário de outras áreas da Sociedade Civil.

“...não podemos atribuir ao Estado todas as culpas pela insuficiência de recursos para o Setor, especialmente quando o nível da receita fiscal cresceu significativamente, e nós fomos incapazes de reivindicar uma maior fatia desses recursos para o apoio à solidariedade desenvolvida pelas Instituições junto das comunidades”.

e Provedores neste momento de enormes dificuldades, conforme afirmou António Sérgio Martins um dos rostos da plataforma.

Ao longo do encontro questões como, a falta de afirmação do Setor, o incumprimento por parte do Setor Estado dos compromissos que assumiu com as Instituições de Solidariedade e a situação de insustentabilidade que as mesmas atravessam, marcaram a primeira conferência deste movimento.

António Sérgio Martins salientou que “não podemos atribuir ao Estado todas as culpas pela insuficiência de recursos

Também Manuel Maia Frazão, Provedor da Misericórdia de Pernes e um dos rostos da organização, frisou o papel do Setor Social ao longo da pandemia, mas de igual modo no apoio às comunidades em que estas Instituições se inserem, salientando que “os dirigentes das Misericórdias fazem de tudo, no dia-a-dia, para honrarem os compromissos junto dos seus colaboradores e fornecedores, procurando manter os índices de apoio aos seus utentes, mas não há sustentabilidade que resista com os níveis de exigência do Estado, mas sem que este assegure o pagamento devido e me-

recido pelos serviços prestados”.

Ficou ainda patente na sala que os apoios anunciados pelo Estado ficam aquém das necessidades e das expectativas, exemplo disso foi a Adenda ao Compromisso de Cooperação, cujos montantes das atualizações aos acordos de cooperação estão longe do aumento de custos atuais, mas de igual modo, não permitem o início da recuperação prevista no Pacto de Cooperação para a Solidariedade assinado em Dezembro de 2021, entre Estado e Instituições.

A temática dos Cuidados Continuados foi também analisada, com especial incidência

na ausência de valores destinados à revisão dos contratos, tanto mais que o Ministério da Saúde tinha assumido o compromisso de anunciar,

No mesmo dia, foi apresentado pelo Governo o pacote de apoio às empresas “Energia para avançar”, o qual mereceu também críticas, na medida em

“os dirigentes das Misericórdias fazem de tudo, no dia-a-dia, para honrarem os compromissos junto dos seus colaboradores e fornecedores, procurando manter os índices de apoio aos seus utentes, mas não há sustentabilidade que resista com os níveis de exigências do Estado, mas sem que este assegure o pagamento devido e merecido pelos serviços prestados”.

precisamente até ao dia 15 de Setembro, as atualizações dos montantes para as diversas tipologias da Rede.

Neste particular, José Bourdain, Presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados, salientou os riscos de uma eventual “vontade ideológica de nacionalizar, gradualmente, toda a Rede Nacional de Cuidados Continuados, através da asfixia das unidades existente do Setor Social, para que,

que o apoio ao Setor Social assenta numa lógica de concessão de linhas de crédito/empréstimo, o que facilitam o aumento do endividamento destas Instituições, em vez de promoverem a respetiva recuperação e sustentabilidade.

No final, foram anunciadas novas conferências e reuniões para realizar no País, com o intuito de promover uma maior participação das Instituições neste momento decisivo para o

“vontade ideológica de nacionalizar... toda a Rede Nacional de Cuidados Continuados, através da asfixia das unidades existente do Setor Social, para que,... vá aumentando a oferta do Estado, com custos maiores para o erário público e desvirtuando o esforço que as Instituições sempre fizeram para o sucesso dessa mesma Rede”.

paulatinamente vá aumentando a oferta do Estado, com custos maiores para o erário público e desvirtuando o esforço que as Instituições sempre fizeram para o sucesso dessa mesma Rede”.

Setor Social, mas, simultaneamente, exigir que as entidades representativas das Instituições assumam uma postura de maior exigência e afirmação junto do Poder Político.



Forte participação das Misericórdias na primeira sessão da plataforma - Somos Todos Misericórdia